

AS DUAS FASES DA HISTÓRIA E AS FASES DO CAPITALISMO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Professor titular da Fundação Getúlio Vargas

Podemos olhar a sociedade capitalista em que vivemos sob diversos ângulos: em termos técnicos, o que sugere um capitalismo industrial ou então pós-industrial. Ou em termos de abertura de mercados, o que nos permite falar em globalização. Ou sob um ponto de vista político, e então teremos o Estado democrático liberal ou então o Estado democrático social. Ou em termos culturais, e falaremos em modernidade. Ou ainda em termos sociológicos, e teremos o capitalismo profissional ou do conhecimento ou tecnoburocrático. Neste caso teremos os vários tipos de sociedades pré-capitalistas e o capitalismo, que, por sua vez, tomando-se como referência nações que primeiro completaram sua revolução capitalista, passa por duas fases: no século XIX, a fase do capitalismo clássico ou liberal, e a partir do início do século XX até hoje, o capitalismo profissional. Neste texto quero começar discutir a esse tipo de capitalismo de um ponto de vista histórico, em termos das etapas ou fases por que têm passado as sociedades nacionais depois que realizam sua revolução capitalista.

A filosofia da história começou com Jean Batista Vico, foi central para o Iluminismo, passou por Kant e por Herder, chegou a Hegel, e afinal encontrou uma expressão clássica em Marx e nas suas conhecidas fases da história: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Até à fase capitalista podemos criticar o excessivo grau de abstração de sua análise, mas há um acerto básico. O perigo que apresenta esta como todas as periodizações é de levar analistas apressados a imaginar de que se trata de um modelo universal e necessário, de forma que todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Marx classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção. Nesse sentido, modos de produção mais avançados representam um estágio superior em relação ao outro, estão crescentemente afastados das

comunidades primitivas. A partir desse pressuposto, Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), fez sua previsão fundamental: a sociedade comunista sucederia ao capitalismo, passando por duas etapas. A primeira seria a socialista, iniciada com a tomada do poder pelo proletariado, a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado. O Estado (e, portanto, também o Direito) ainda subsistiriam na transição na medida em que continuariam a existir interesses e valores burgueses a serem controlados. Os salários ainda seriam pagos de acordo com a produtividade do trabalho, não só porque não havia ainda a futura abundância, como também porque permaneciam hábitos burgueses arraigados. Prevaleceria nesta fase a igualdade, definida pelo fato de que cada um recebe de acordo com o que produziu. Mas essa igualdade é injusta, segundo Marx, porque os homens não são iguais entre si: uns são mais fortes, uns mais capazes, outros menos, uns têm mais filhos do que outros e, desta forma, o resultado final da igualdade nos salários é a desigualdade. Esta fase seria substituída, dentro de um prazo não definido, pelo comunismo, que seria marcado pela solidariedade, pela abundância, pela revogação do Direito e a superação do Estado, pela liberdade e plena realização das potencialidades humanas, pela remuneração de acordo com as necessidades de cada um. Vale a pena reproduzir as palavras de Marx:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas se tornar a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tiverem crescido também as forças produtivas e estiverem então fluindo em toda a sua plenitude os mananciais da riqueza coletiva, somente então o estreito horizonte do Direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 1875: 263)

Neste parágrafo está a síntese da utopia marxista. A distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, base fundamental das distinções de classe, agora desaparece. A outra base, a propriedade privada dos meios de produção, já havia desaparecido durante o socialismo. O desenvolvimento econômico teria sido de tal ordem que chegamos à época da abundância. O trabalho continua necessário, mas, mais do que uma necessidade social, ele é uma necessidade individual, é um meio por excelência de realização pessoal de cada um. O Estado e sua expressão maior, a ordem jurídica, perderão importância até desaparecer, substituídos pelo

autocontrole de cada um. O homem, cuja natureza é essencialmente boa (Marx, a esse respeito, está claramente na linha de Rousseau), estará realizando todas as suas potencialidades. Prevalecerá a verdadeira igualdade, definida pela divisão do produto social de acordo com as necessidades de cada um. O desaparecimento do Estado garantirá finalmente a liberdade, já que liberdade e Estado seriam incompatíveis. A própria democracia é uma forma de governo em que a liberdade é limitada pela existência do Estado. Este desaparecendo, haverá liberdade. E o desaparecimento do Estado ocorrerá graças ao autocontrole exercido por cada um, possível pela abundância reinante, pelo desaparecimento das classes sociais e pelo abandono dos hábitos individualistas e egoístas das épocas anteriores.

Porque Marx falhou em suas previsões

Marx falhou em sua previsão sobre o advento do socialismo no curto prazo porque, otimista e voluntarista no plano de sua prática política, não foi fiel ao seu próprio método de análise da história. Deu excessiva ênfase à luta de classes e não distinguiu a luta de classes partindo de um grupo externo ao sistema econômico e social, da luta de classes internas ao sistema. A essência da metodologia marxista está no relacionamento dialético entre o desenvolvimento tecnológico e a organização da produção em termos de propriedade, ou, em outras palavras, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. É também essencial a relação dialética entre a infra e superestrutura social. A esse núcleo básico Marx adicionou a *luta de classes*. E foi principalmente baseado neste último aspecto que Marx previu o advento do socialismo. Marx foi influenciado pelas lutas operárias que, em meados do século passado, ganhavam particular importância, não só devido à exploração a que estava submetida a classe operária, mas também, devido ao fato de que só nessa época os operários começavam a se organizar em sindicatos. Embora a luta de classes deva ser considerada um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado, sempre, ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico, e, cada vez mais, à construção democrática da sociedade e do Estado através da ação política.

Um segundo erro de Marx foi não ter levado em conta que, historicamente,

jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente. Em outras palavras, a luta de classes *interna* ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria, portanto, estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinando. Em outras palavras, a nova classe, que irá disputar o poder com a classe dominante para afinal assumi-lo não é a classe dominada, mas um subgrupo, historicamente dela originário, mas que foi se diferenciando através dos tempos, de forma a constituir em um grupo totalmente distinto da classe dominada. Na medida em que esse novo grupo estiver assumindo o controle do novo fator estratégico que os novos avanços tecnológicos estiverem determinando, esse grupo tenderá a assumir o poder econômico e político, dando surgimento a um novo tipo de sistema econômico, e, portanto, a uma nova etapa histórica. A luta de classes torna-se, portanto, historicamente revolucionária quando for *externa*, quando partir de um grupo externo ao sistema. Foi o que aconteceu na passagem do feudalismo para o capitalismo. A burguesia provavelmente tivera origens ligadas aos servos da gleba, que constituíam a classe dominada por excelência do sistema feudal. Em plena Idade Média, porém, a burguesia diferenciou-se dos servos, constituiu-se em um grupo sócio-econômico diferenciado, adotou valores e crenças, hábitos e padrões de comportamento próprios, definiu uma área própria dentro da estrutura de produção, constituiu-se em um grupo intermediário entre a classe dominante e a dominada. E durante séculos esta situação se manteve. A burguesia não era a classe dominante, mas estava longe de ser a classe dominada. Servia à aristocracia, ao mesmo tempo em que se fortalecia econômica e politicamente. A influência econômica naturalmente precedeu a política, mas afinal ambas tornaram-se dominantes. Uma luta de classes sem dúvida teve lugar entre a burguesia emergente e a aristocracia decadente, mas nem sempre essa luta foi clara e definida. Em muitas ocasiões, a burguesia cooperou ativamente com a aristocracia, ou com os setores da mesma, na medida em que essa cooperação lhe

era interessante. O caso mais evidente, nesse sentido, foi o do grande apoio que as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII receberam da burguesia, em sua luta contra os privilégios feudais.

A classe dominada em um determinado sistema econômico é parte integrante dele crescendo e entrando em declínio juntamente com a respectiva elite, enquanto que a nova classe que vai assumir o poder representa uma *ruptura* dentro do sistema. Assim, no caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, os servos constituíam parte integrante do sistema feudal. As figuras do servo da gleba e mesmo do artesão surgem e desaparecem com o surgimento e o desaparecimento do feudalismo. Por muito tempo sobraram vestígios deles, mas não há dúvida de que à decadência da aristocracia feudal corresponde a decadência dos servos e das corporações de ofício, da mesma forma que a decadência dos senhores de escravos da antiguidade correspondeu ao desaparecimento do escravo.

O mesmo fenômeno ocorre hoje com o capitalismo. Na medida em que os empresários industriais entram em declínio, a classe operária, o proletariado urbano dedicado a trabalhos manuais na indústria, também declina. Os dados estatísticos sobre esse processo não deixam dúvida a respeito. A classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial. À emergência da burguesia industrial ao poder correspondeu ao surgimento da classe operária, que imediatamente assumiu o papel de classe dominada por excelência, ficando marginalizados do novo sistema os trabalhadores rurais e camponeses. No momento em que o capitalismo clássico foi superado pelo capitalismo profissional já ocorre uma economia substancial de mão de obra associada à eletricidade e à linha de montagem. Depois, à automação. E, finalmente, com revolução da tecnologia da informação e da comunicação e a produção de bens imateriais, as trocas comerciais e financeiras passam a ser inteiramente digitalizadas e a ser realizadas no quadro de amplas redes eletrônicas, o número de trabalhadores manuais não especializados na indústria e mesmo nos serviços diminuiu ainda mais.

Finalmente para explicar o erro de previsão de Marx é preciso considerar que a classe operária nos países capitalistas avançados, entre meados do século XIX e os anos 1970 acabou por partilhar dos benefícios do sistema. Seus salários aumentaram aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade sem que isto colocasse em risco uma taxa de lucros “satisfatória” para a classe capitalista – uma taxa de lucro que a incentivasse a continuar a acumular capital. Isto foi

possível desde que o progresso técnico deixou de ser “dispendioso de capital”, como supunha Marx, e passou a ser “neutro”, ou, em outras palavras, desde que relação produto-capital que mede produtividade do capital deixou de ser decrescente e se tornou constante. Até meados do século XIX na Inglaterra e na França a taxa de acumulação de capital em relação ao PIB aumentou de 5% a 10% para entre 15% e 20% não obstante os empresários industriais estivessem substituindo mão de obra por máquinas e conseqüente houve diminuição da produtividade do capital (porque os empresários tendem a primeiro substituir mão de obra no caso de máquinas claramente econômicas, mas, em seguida, a substituem por máquinas menos eficientes mas ainda mais econômicas do que ela). A manutenção da taxa de lucro em nível elevado e o aumento da taxa de investimento só foram possíveis graças à forte exploração dos trabalhadores manuais, e, conseqüentemente, graças a uma forte concentração de renda. Prevalcia, assim, a “mecanização” e a resultante queda da produtividade do capital que provocava a deterioração do padrão de vida da população que, de um trabalho saudável e de condições de vida razoáveis no campo, passava para condições sub-humanas de trabalho nas cidades, com mulheres e crianças trabalhando 16 horas por dia. Foi esse período que levou Marx a formular a tese da tendência à queda da taxa de lucro. Entretanto, a partir de aproximadamente 1850 o progresso técnico deixou de se caracterizar pela mecanização e produtividade do capital deixou de cair porque agora as empresas também substituíam máquinas velhas por máquinas novas mais baratas ou mais eficientes. Por outro lado, a continuidade do desenvolvimento econômico passava a depender de forma crescente do aumento do poder aquisitivo e do consumo da classe operária. E, coincidentemente, os trabalhadores se organizavam em sindicatos poderosos. O resultado foi que a classe operária passou a ver seus salários e seu padrão de vida crescerem na medida em que as economias capitalistas se desenvolviam e aumentavam sua produtividade. Torna-se, assim beneficiária do sistema, e entrava em um processo de acomodamento político, que, no século XX, lhe retirava qualquer possibilidade revolucionária.

Revolução capitalista

A rigor só existem duas fases da história humana: uma fase pré-capitalista, na qual se sucederam e coexistiram a comunidade primitiva, os impérios antigos

escravistas, o feudalismo, as sociedades aristocráticas letradas do absolutismo, e a fase capitalista. Entre as duas fases há um período de grande transformação, a *Revolução Capitalista* – que, entendida amplamente, é um período longo, porque começa no norte da Itália, e partir do século XIV, e pela primeira vez se completa na Inglaterra com a formação do Estado-nação e a Revolução Industrial no final do século XVIII. Considerados os quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação em que Giovanni Arrighi (1994: 6) dividiu a história do capitalismo (o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; ciclo holandês, do fim do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo inglês, da última metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo americano, durante o século XX), a revolução capitalista na Inglaterra corresponde aos dois primeiros ciclos e à segunda metade do século XVIII, quando ocorre a Revolução Industrial. Entendida em termos estritos, essa revolução compreendeu os dois últimos fenômenos históricos: cerca de cento e cinquenta anos, entre meados do século XVII e o fim do século XVIII.

A revolução capitalista é a transformação fundamental da história humana depois do surgimento da agricultura e da passagem das sociedades nômades para as sedentárias e a formação das primeiras civilizações ou impérios. No plano econômico, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação.

Na sua acepção mais ampla, podemos distinguir na revolução capitalista a revolução comercial da industrial, a primeira abrangendo o longo período que vai do surgimento da burguesia do século XIII até as grandes navegações e a formação do que Immanuel Wallerstein (1974) chamou o “sistema-mundo”, e a segunda, mais curta, abrangendo a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial caracterizada pelo rápido e permanente avanço tecnológico. Para que a revolução capitalista pudesse se desencadear foi necessário que primeiro houvesse uma transformação fundamental da tecnologia agrícola na Europa. Até o século XI a agricultura estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de

arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (LANDES, 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. E foi possível, alguns séculos mais tarde, passar das cidades-Estado para os Estados-nação como forma de organização político-territorial própria do capitalismo.

As cidades-Estado foram um fenômeno intermediário entre os impérios antigos e os Estado-nação. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização política territorial da antiguidade, os Estados-nação o serão nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto o poder imperial limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os Estados-nação estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se de uma língua comum, para, através da educação pública, poder garantir que padrões crescentes de produtividade sejam compartilhados por toda a população (GELLNER, 1993); e os respectivos governos passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico favorecendo as empresas nacionais na concorrência internacional. Através do demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do Estado-nação, empresários, burocratas do Estado e políticos assumem o papel de grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. Ao nível das empresas, são os empresários que irão fazer a diferença através da atividade inovadora (SCHUMPETER, 1911). Empresários, políticos, classe profissional pública e privada, e trabalhadores formam a nação – a sociedade politicamente orientada que compartilha um destino comum – que, ao se dotar de um Estado e de um território, forma o Estado-nação. A constituição dos Estados nacionais e, portanto, de mercados seguros para os empresários investirem na indústria foi, por sua vez, a condição da revolução industrial, inicialmente na Inglaterra e na França e, depois, nos Estados Unidos.

Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a ideia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que

caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da revolução comercial: o excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, que deu origem à revolução comercial e ao surgimento das cidades-Estado burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos. Em um segundo momento, com a revolução industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, que, devido à sua própria aceleração e à competição crescente, tornava-se condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento inovador.

A revolução capitalista transformou o mundo de forma completa e definitiva. Paul Valéry, escrevendo em 1945, percebeu essa imensa mudança que ele define pela oposição entre um mundo desordenado de florescimentos e impulsos e um mundo bem determinado, interligado e finito (que é o da modernidade). Nas palavras do grande poeta:

Neste ponto de minhas reflexões me parece que toda a aventura humana até nós deveria se dividir em duas fases bem diferentes. A primeira é comparável a tentativas desordenadas, a avanços e recuos em um meio informe, a florescimentos e a impulsos no ilimitado que é a história da criança no caos de suas primeiras experiências. Mas uma certa ordem se instala, uma nova ordem começa. As ações em um meio finito, bem determinado e claramente delimitado, ricamente e poderosamente interligado, não têm mais as mesmas características e as mesmas consequências que elas tinham em um mundo informe e indefinido. (VALÉRY, 1945: 20)

Entretanto, nessa análise histórica faltava uma terceira transformação fundamental que ocorreu entre as duas citadas ou conjuntamente com a última: a formação dos Estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de Estados e formam Estados-nação que o desenvolvimento econômico se viabiliza. Nesse novo mundo, o Estado moderno é o sistema constitucional-legal e a administração pública que garante essa ordem jurídica; a nação é a comunidade que compartilha uma história e um destino comum e tem ou busca ter um Estado, e o Estado-nação é a unidade política territorial dominante, como, nas sociedades

pré-capitalistas foram os impérios antigos.

A partir da revolução capitalista que se generaliza o trabalho assalariado, o lucro se torna o objetivo da atividade econômica, e a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a necessariamente ocorrer. Configura-se assim o que entendemos hoje por desenvolvimento econômico, que não deve ser confundido com progresso ou desenvolvimento sem adjetivos. O desenvolvimento econômico é um processo autossustentado de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar material, que não é necessariamente acompanhado por diminuição da desigualdade, nem é autossustentável do ponto de vista ambiental, mas passa a ocorrer necessariamente porque a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a ser condição de sobrevivência das empresas. Já o desenvolvimento sem adjetivos ou o progresso não é autossustentado, mas depende da agência humana: é o avanço na direção dos objetivos de segurança, bem-estar, liberdade, igualdade e proteção do ambiente. A partir do momento em que o desenvolvimento econômico se torna autossustentado podemos dizer que a revolução capitalista “se completou”, porque apropriação do excedente deixa de ser realizada através do controle direto do Estado e da violência para se realizar no mercado através da realização do lucro, porque, na terminologia de Marx, a sociedade passa a ser caracterizada pelo modo “especificamente capitalista”, no qual a apropriação do excedente se realiza principalmente através da mais valia “relativa”, originária da acumulação de capital com incorporação necessária de progresso técnico.

Fases do capitalismo

Sei bem que as periodizações são sempre relativas. Entretanto, para quem adota como eu o método histórico, elas ajudam o pensamento, desde que não sejam tomadas ao pé da letra, e, naturalmente, desde que em fases menores, como foi a dos 30 Anos Neoliberais do capitalismo, ocorra ao invés de desenvolvimento, retrocesso. A visão de duas grandes fases intermediadas pela revolução capitalista é importante porque na fase pré-capitalista não se pode falar em progresso ou desenvolvimento, enquanto na fase capitalista os objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas passam a ser deliberadamente buscados e parcialmente atingidos. O desenvolvimento econômico – a melhoria dos padrões

de vida através da acumulação de capital com incorporação de novas tecnologias – passa a fazer parte da lógica do sistema e uma condição de sua sobrevivência. O regime político gradualmente se democratiza. A luta pela justiça social ou pela diminuição das desigualdades econômicas alcança resultados ainda que modestos. A proteção do ambiente passa a fazer parte da agenda global e da maioria das agendas nacionais. Nesse processo histórico a revolução capitalista completada pela revolução industrial assume papel central, tenha ela sido realizada originalmente pelos países hoje ricos ou de forma retardatária nos países hoje em desenvolvimento e nos países que realizaram revoluções socialistas – no caso dos primeiros seguindo-se, com intervalo relativamente grande, a revolução organizacional e a emergência da classe média profissional, no caso dos segundos a emergência da classe tecnoburocrática ocorrendo de forma simultânea senão anterior à emergência da classe capitalista.

Se pensarmos a história como uma grande narrativa, esta narrativa só ganha sentido se for vista em termos de fases ou de estágios. No quadro 1 apresento uma periodização possível para o desenvolvimento capitalista. Tomando-se como referência a Inglaterra e a França, e como ponto de partida o início da revolução capitalista, o capitalismo passou por três grandes estágios: o capitalismo mercantil entre o século XIV e o XVIII, o capitalismo clássico no século XIX e, desde o início do século XX, o capitalismo dos profissionais ou tecnoburocrático. No plano da sociedade, esta periodização tem como critério as relações de produção ou a natureza das classes dominantes. A primeira fase – o capitalismo mercantil – foi fruto das grandes navegações e da revolução comercial. Nessa fase a aristocracia proprietária de terras é ainda dominante, mas uma grande classe média burguesa está emergindo. Com a formação dos primeiros Estados-nação e a revolução industrial nos séculos XVII e XVIII, a revolução capitalista pode ser considerada “completa” em cada sociedades nacional desenvolvida e entramos na fase do capitalismo clássico.

A terceira fase do capitalismo desencadeia-se com a segunda revolução industrial: a revolução da eletricidade, do motor a explosão, da produção em linha de montagem e do consumo de massa. E é consequência de dois fatos novos: 1) a *organização* substitui a família no papel de unidade básica de produção e 2) o *conhecimento* substitui o capital na qualidade de fator estratégico de produção; e a burguesia é obrigada a partilhar poder e privilégio com a nova classe média

Quadro 1: Periodização do capitalismo

Período	Revoluções	Fases	Subfases
Século XIV a XVIII		Capitalismo Comercial	
1750-1800	Revolução Industrial	“	
Século XIX		Capitalismo Clássico	
1900-1950	Revolução Organizacional	“	
1900- 1978		Capitalismo Profissional	Fordismo
1949-1978		“	30 Anos Gloriosos

profissional que então emerge e o capitalismo dos profissionais se configura. Denomino a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo clássico de *revolução capitalista* em sentido estrito¹, e a transição do capitalismo clássico para o capitalismo dos profissionais ou tenoburocrático de *revolução organizacional*.

A *revolução organizacional* está relacionada à segunda revolução industrial que ocorre no último quartel do século XX e, em decorrência, a três fatos históricos novos que têm lugar na primeira metade do século XX: a produção e o consumo de massa; o fato de o capital ter-se tornado abundante e deixado de ser o fator estratégico de produção sendo substituído pelo conhecimento; e a transição da produção realizada diretamente por famílias ou por empresas familiares para produção realizada em organizações. A sociedade continuou capitalista, porque orientada para o lucro e baseada na acumulação de capital, mas deixou de ser possível se falar em um capitalismo “puro”, ou melhor, no capitalismo clássico do século XIX, porque agora o conhecimento passava a ter um papel decisivo na administração da sociedade, porque ele passava a garantir poder e privilégio para aqueles que detivessem o conhecimento técnico, comunicativo e principalmente organizacional e, assim, fossem capazes de administrar as grandes organizações privadas e públicas. Ao invés de falarmos apenas em capitalismo precisávamos agora também falar em sociedade tecnoburocrática ou estatal, porque além do *capital* – da propriedade privada dos meios de produção – tínhamos agora uma nova relação de produção: a *organização* – a propriedade privada das organizações pelos profissionais. O resultado é uma formação social mista, tecnoburocrático-

¹ Em sentido estrito porque em sentido amplo a revolução capitalista inclui a revolução comercial e o capitalismo mercantil.

capitalista, porque nele as duas formas de propriedade coexistem. O capital é a relação que dá origem caracterizada pela coalizão política entre a classe capitalista e a tecnoburocrática. A burguesia detém, ainda que às vezes mais jurídica do que efetivamente, a propriedade dos meios de produção; a tecnoburocracia detém o controle do novo fator estratégico de produção, o conhecimento técnico e organizacional, e, por isso, a propriedade coletiva da organização. No âmbito das próprias empresas, os administradores ganham crescente autonomia ao lograr a expansão da empresa e a realização do lucro pelos respectivos proprietários capitalistas que vão se transformando em rentistas.

Nesse processo, a burguesia reproduz a experiência do aprendiz de feiticeiro; cria as condições para sua própria possível destruição. Do capital nasce a organização que tende a substituí-lo na qualidade de relação de produção dominante. Embora assinalando o surgimento dessa nova classe social, é preciso ficar claro que não me inscrevo na “escola gerencial” do capitalismo que, nas palavras de Maurice Zeitlin, “afirma que uma ‘revolução silenciosa’ levou os administradores das grandes empresas a tomar o poder dos capitalistas, abolir o objetivo lucro, estabelecendo-se assim uma ‘sociedade pós-capitalista’” (ZEITLIN, 1989: 73). O capitalismo, no final da primeira década do século XXI continua forte e sem alternativa à vista: há muito, porém, deixou de ser um capitalismo apenas dos capitalistas.

Os primeiros 50 anos do século XX e do capitalismo profissional foram anos tumultuados. Foram marcados pela conquista do sufrágio universal que assinalou a transição do Estado liberal para o democrático, por duas grandes guerras mundiais, pelas revoluções socialistas na Rússia (1917) e na China (1949), pela Grande Depressão dos anos 1930 nos Estados Unidos, pelo New Deal de Franklin Delano Roosevelt, e pela mudança do papel de hegemonia mundial da Inglaterra para os Estados Unidos. No imediato pós-guerra ocorrem o colapso do colonialismo aberto, a constituição das Nações Unidas, a Guerra Fria, o acordo financeiro mundial de Bretton Woods, a constituição do Estado do bem-estar social na Europa, e nesta mesma região o início da constituição da União Européia. E se estabelecem as bases para os 30 Anos Gloriosos do capitalismo (1949-1978)²

² A expressão “30 Anos Gloriosos do capitalismo” se deve a Jean Fourastié (1979); Stephen Marglin (1990), por sua vez, a partir de outra perspectiva teórica, denominou o período “30 Anos Gloriosos do capitalismo”. A análise clássica e pioneira do período foi feita por Andrew Shonfield (1969).

- período em que o crescimento econômico se acelera, a estabilidade financeira aumenta e a desigualdade diminui nos países ricos.

O crescimento do aparelho do Estado após a Segunda Guerra Mundial, o planejamento econômico indicativo, a crescente regulação das atividades privadas pelo Estado, e o enorme crescimento das grandes sociedades anônimas organizadas burocraticamente sugeriram que o capitalismo que eu estou chamando de capitalismo dos profissionais fosse chamado de “capitalismo organizado”³, ou seja, um capitalismo regulado pelo Estado e por grandes empresas. Nesse período a teoria econômica keynesiana prevaleceu nas universidades e nas políticas econômicas adotadas pelos países ricos, enquanto a teoria estruturalista do desenvolvimento e o desenvolvimentismo legitimavam e orientavam a industrialização retardatária dos países em desenvolvimento. O capitalismo como um todo apresentou taxas de crescimento elevadas, estabilidade financeira, e a desigualdade econômica diminuiu nos países ricos.

Todo o período, desde o início do século até a crise dos anos 1970, foi o tempo do capitalismo fordista. O conceito de “regime de acumulação fordista”, introduzido pela Escola da Regulação francesa, foi uma expressão feliz para indicar a forma que o capitalismo assumiu entre o início do século XX e os anos 1970, porque este foi um período caracterizado pela linha de montagem, a produção em massa e o barateamento dos bens de consumo durável, e por uma grande coalizão política incluindo o capitalismo vitorioso, a classe profissional emergente, e os trabalhadores cujos salários aumentavam com a produtividade⁴.

O capitalismo regulado do pós-guerra foi o grande momento do capitalismo dos profissionais ou tecnoburocrático, foi um momento no qual o poder e o prestígio dos profissionais cresceram em toda parte. Foi nesse período que John Kenneth Galbraith (1967) definiu o conhecimento como o novo fator estratégico de produção. Foi então que Peter Drucker (1968) identificou a sociedade capitalista como a “sociedade do conhecimento”⁵. Os dois estavam certos em

³ Scott Lash e John Urry (1987), que escreveram sobre o fim do capitalismo organizado, informam que esse conceito foi utilizado originalmente por J. Kocka (1974) e publicado no livro *Organisierter Kapitalismus* organizado por H. Winckler (1974).

⁴ Para uma exposição sistemática do fordismo e da teoria da regulação ver Boyer (1987).

⁵ Peter Drucker (1968: 247, 326) já então falava em uma “economia do conhecimento” e em uma “sociedade do conhecimento”. Argumentava que “os setores industriais baseados no conhecimento” e não na produção de bens e serviços que em 1955 representavam um quarto do produto interno bruto dos Estados Unidos, dez anos mais tarde já representavam um terço. Já naquela época Drucker falava do “trabalhador do conhecimento” e assinalava “a emergência do conhecimento como um elemento central para nossa sociedade”. Em 1993,

ver no capitalismo fordista que o conhecimento detido pelos profissionais havia assumido uma importância e um papel decisivos. Drucker, porém, equivocava-se ao falar na “superação do capitalismo” – uma tese equivocada dos gerencialistas americanos que para defender o capitalismo do socialismo então ainda em expansão afirmavam as sociedades modernas já não eram mais capitalistas, eram sociedades gerenciais. O uso ideológico da tese da emergência da classe profissional continua a ocorrer, mas mudou de caráter. Em meados do século XX o gerencialismo era uma ideologia do capitalismo, era adotado por intelectuais para mostrar a capacidade do capitalismo de mudar e de produzir uma imensa classe média, hoje já é diretamente uma ideologia da própria classe profissional que, por exemplo, Richard Florida (2002) seria uma “classe criativa”.

Capitalismo do conhecimento?

No último quartel do século XX uma conjunção de vários fatos históricos novos – a revolução da tecnologia da informação e da comunicação, o colapso do regime financeiro de Bretton Woods, a crise do fordismo, a desindustrialização que começa nos países ricos, a expansão dos serviços, a globalização, e a hegemonia do neoliberalismo abriram um novo e fascinante capítulo da história. Sem dúvida, estávamos diante de uma nova fase do capitalismo, mas continuávamos na fase maior do capitalismo dos profissionais. Os “pós” se tornaram populares. Falou-se em sociedade pós-industrial, mas o fato é que a indústria continua fundamental para a riqueza de uma nação. Falou-se em sociedade digital, da informação, na medida em que se criavam plataformas eletrônicas comuns que serviam de suporte para o armazenamento e a transmissão de informações, e para a realização de trocas comerciais e financeiras. E se falou, cada vez mais, no “capitalismo do conhecimento”. Este último é um bom conceito, mas apresenta um problema. A principal razão porque o capitalismo clássico se transformou no capitalismo profissional foi o fato de o capital se haver tornado abundante enquanto o conhecimento se tornava o novo fator estratégico de produção. Foram esse fato e o enorme crescimento das organizações que desencadearam a revolução organizacional. Logo, capitalismo do conhecimento e capitalismo profissional

o primeiro capítulo de seu livro *Post-Capitalist Society* tinha como título “Do capitalismo para a sociedade do conhecimento”.

são sinônimos. Esta é uma formação social que está presente no mundo desde o início do século XX. A revolução da tecnologia da informação e da comunicação tornou esse conhecimento ainda mais estratégico do que já era desde o início do século com a revolução organizacional. Naquele momento a revolução não foi do conhecimento e não resultou na produção de bens imateriais, mas foi a revolução da tecnologia industrial (a segunda revolução industrial) e da forma de organizar a produção, que já então tornaram o conhecimento estratégico.

Em um relatório do *Department of Economic and Social Affairs* das Nações Unidas (2005) está presente a ideia da sociedade do conhecimento que se caracterizaria pela “produção em massa de conhecimento”. Mas é muito discutível que a revolução da tecnologia da informação e da comunicação tenha produzido tanto conhecimento – o que ela produziu em massa foi informação. A tese competente do capitalismo do conhecimento ou de uma “knowledge based economy”⁶ ou mesmo do “capitalismo intelectual”⁷, está principalmente presente nos trabalhos de economistas e sociólogos associados à teoria da regulação entre os quais Carlos Vercellone que organizou livro sobre o tema, *Teríamos saído do Capitalismo Industrial?* (2002), e Yann Moulier Boutang que publicou o livro *Capitalismo do Conhecimento* (2007)⁸. A análise que realizam é correta porque mostra com clareza porque o conhecimento se tornou ainda mais estratégico do que já era. Entretanto, a transição assinalada por Vercellone (2003: 9) da valorização do capital para o da “valorização dos saberes” corresponde à mudança do fator estratégico de produção. A revolução tecnológica representada pela tecnologia da informação e pela Internet foi marcante, mas desde que se configurou como tal o capitalismo foi um modo de produção caracterizado pelo progresso técnico acelerado. O fato de que esse progresso tenha sido durante algum tempo espetacular no plano da informação e da comunicação e que a produção de bens imateriais ou de “conteúdos” comercializáveis tenha se tornado realidade são impressionantes mas não mudaram a natureza do capitalismo. A maior importância dos serviços tecnologicamente sofisticados que exigem mais conhecimento ocorreu, mas a

⁶ Ver entre muito outros Charles Savage (1996) e principalmente *Economia della Conoscenza* de Enzo Rullani (2004).

⁷ Ver Angelo Deiana (2007: 4) para quem o mundo estaria desde a revolução da tecnologia da informação e da comunicação na “era do conhecimento”.

⁸ Vercellone faz parte de um programa de pesquisa sobre o tema, “Le capitalisme cognitif comme sortie de la crise du capitalisme industriel” cujos pesquisadores são Antonella Corsani, Patrick Dieuade et.al. (Vercellone 2003: 8).

natureza da grande empresa tecnoburocrático-capitalista continua a mesma: uma organização cuja propriedade estrito senso é dos capitalistas e lhes garante dividendos, mas o controle ou a propriedade em sentido amplo é coletivamente dos seus profissionais que são remunerados por ordenados e bônus; uma organização que está sempre voltada para o lucro capitalista e para a expansão profissional das posições burocráticas. Nem mudou o fato de que a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico é a condição de sobrevivência das empresas nos mercados.

El Mouhoub Mouhoud (2003: 136) assinala que a transição do fordismo para o capitalismo do conhecimento está associada ao aumento do consumo imaterial, e, principalmente, uma “lógica produtiva ‘cognitiva’” que não teria substituído mas se somado à lógica taylorista, a qual, por sua vez, também teria mudado, flexibilizando-se. E conclui: “o conhecimento se torna o *input* primordial: sua produção e seu controle obedece a lógicas cumulativas que engendram desigualdades crescentes entre os indivíduos e entre os territórios”. Não creio que as formas de produzir e o papel acrescido do conhecimento tenham sido a causa da desigualdade crescente que ocorre a partir dos anos 1970. Mais amplamente, não creio que a revolução da tecnologia da informação e da comunicação tenha sido a causa principal da virada ocorrida nos anos 1970. Não me parece correto afirmar que houve a mudança do fordismo para o capitalismo do conhecimento, porque o capitalismo fordista já era um capitalismo do conhecimento. É correto, porém, salientar o papel crescente do conhecimento na produção de bens e serviços. E mostrar porque as empresas mais bem sucedidas são geralmente mais intensivas em conhecimento e em capacidade criativa. A inovação que resulta do conhecimento e da criatividade surgiram juntamente com o capitalismo, mas é cada vez mais uma condição de êxito das empresas em busca de monopólios ou vantagens competitivas sempre transitórias.

Houve, sim, uma mudança qualitativa decisiva nos anos 1970, mas essa mudança não foi tecnológica, nem mesmo foi econômica, foi política. Foi uma mudança do capitalismo fordista para o capitalismo neoliberal. Esta crise já se anuncia na revolução estudantil de 1968 e no seu fracasso que assinalou o fim das grandes esperanças do pós-guerra. Esta crise foi inicialmente econômica, aconteceu principalmente nos Estados Unidos, e se caracterizou pela queda das taxas de lucro e da taxa de crescimento do PIB, e pela estagflação. Mas afinal assume seu caráter

político ao marcar o colapso da coalizão política fordista ou social democrática e a emergência à condição de ideologia dominante do neoliberalismo – uma ideologia reacionária contra os trabalhadores e a classe profissional. A reação neoliberal e conservadora foi uma resposta ao vigor reivindicativo demonstrado pelos sindicatos e pelos movimentos sociais das novas minorias: das mulheres, das minorias raciais, dos homossexuais. Geralmente se usa o ano de 1979, da eleição de Margaret Thatcher no Reino Unido, como marco dos novos tempos neoliberais. Entretanto, 1973, o ano do golpe de Estado no Chile e do estabelecimento nesse país de uma ditadura militar sangrenta sob o comando do general Augusto Pinochet, poderia também ser usado para esse fim. O regime chama então para assessorá-lo o principal economista neoclássico e neoliberal americano, Milton Friedman, e o país é transformado em um “campo de prova” neoliberal que resultará, em 1981, em uma grande crise financeira. Foi só a partir de 1983, ainda sob o regime militar, mas sem a participação dos economistas neoliberais, que a estabilidade da economia chilena foi recuperada. Pinochet e seu regime foram, portanto, a caricatura do que seriam os 30 Anos Neoliberais do capitalismo (1979-2008) iniciados em 1979 e terminados na crise financeira global de 2008. A coalizão política que se forma então em substituição ao fordismo é muito mais estreita; é formada por capitalistas rentistas vivendo de dividendos, juros e alugueis e por profissionais financeiros envolvidos em especulação e em inovações financeiras que irão multiplicar os rendimentos dos primeiros, que estavam rebaixados pela abundância de capitais e pela pressão dos trabalhadores e dos profissionais por participar do excedente econômico, e proporcionar elevados bônus para os agentes financeiros. Enquanto a coalizão fordista nasceu da separação entre a propriedade e o controle das empresas que deu poder à classe profissional, o surgimento da coalizão neoliberal está associado ao aumento do capital rentista ou dos capitalistas inativos e à sua organização sob a forma de fundos financeiros dos mais diversos tipos inclusive os fundos de pensão dos trabalhadores, que, assim, e paradoxalmente, transformavam-se em pequenos rentistas. A terceira parte deste livro será dedicada à contrarrevolução neoliberal.

E o socialismo?

Não é possível afirmar categoricamente que Marx errou quanto à sua previsão sobre o comunismo. É um sonho otimista e será sempre possível dizer que ainda não chegou o seu tempo. Mas história destes últimos cem anos não autorizou esse otimismo. A visão orwelliana de 1984, ou de Huxley em *Admirável Mundo Novo*, com toda a sua carga de pessimismo, parecem mais próximos da realidade. Entretanto, se resta sempre a possibilidade de afirmar que ainda não chegou o tempo do comunismo, o mesmo não se pode afirmar em relação ao socialismo. Para Marx o socialismo sucederia diretamente e em breve o capitalismo. Foi esta perspectiva que levou os socialistas à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas deste século. Mas em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas ideias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos “soldados, operários e camponeses”, a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo no tempo de Joseph Stalin, no qual as liberdades mais elementares dos indivíduos foram negadas; foi o estabelecimento de um sistema econômico baseado nos privilégios: foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia estatal apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e na direção das empresas estatais; foi a montagem de uma sociedade e de um Estado que são um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.

A história do século XX mostrou que o socialismo não é nem será ainda por muito tempo um modo de produção competitivo com o capitalismo. Os socialistas que lutaram por sua implantação foram tristemente derrotados. Podemos, entretanto, pensar no socialismo também como uma ideologia, e, sob esse ângulo, não houve derrota. O socialismo é uma das suas cinco grandes ideologias: as outras quatro são o liberalismo, o nacionalismo, o eficientismo, e o ambientalismo. Enquanto o liberalismo e o nacionalismo são ideologias burguesas por excelência, e o ambientalismo é uma ideologia geral, o socialismo é a ideologia que representa os interesses da classe trabalhadora e as aspirações de justiça de amplos setores da classe profissional. O capitalismo da segunda metade do século XX nas regiões da Europa mais desenvolvida não foi apenas um capitalismo dos profissionais;

foi um capitalismo social ou que contou com um Estado social que garantiu os direitos sociais, em boa parte devido à ideologia socialista.

Foi também “democrático” porque nesses países a democracia se consolidou. A literatura política chama o Estado existente desde o século passado de democracia liberal, mas esse é um engano. O Estado liberal não era democrático porque não assegurava o sufrágio universal. Só a partir do século XX é legítimo falar em Estado democrático, mas essa primeira democracia é uma democracia liberal, é uma democracia de elites na qual as eleições servem apenas para revezar elites no comando do Estado. A partir, porém, da segunda metade desse século, e principalmente na Europa do Oeste e do Norte, há um processo de democratização e democracia se torna social na medida em que as demandas dos trabalhadores passam a pesar e eles passam a ter alguma influência na definição das políticas públicas.

A socialdemocracia, porém, ainda está longe do socialismo. E não existem perspectivas de que tão cedo ele venha a existir. O socialismo é a sociedade sem classes em que a propriedade sobre os meios de produção é comum. É a sociedade em que o Estado não precisa ter desaparecido, mas deixou de ser instrumento de dominação seja da burguesia, seja da tecnoburocracia. É a sociedade igualitária e democrática em que todos participam com iguais direitos da apropriação do excedente econômico e do governo da sociedade. É a sociedade em que os direitos do homem são respeitados; em que o trabalho deixa de ser mercadoria; em que a produção não se destina a produzir mercadorias com valor de troca, nem assegurar no poder uma classe dirigente, mas a atender as necessidades do homem. O socialismo como projeto enfrenta um paradoxo: só é possível quando os níveis de educação, de autodeterminação e de capacidade administrativa dos cidadãos já se tornaram relativamente igualitários, embora seja essa igualdade o objetivo das instituições socialistas. Em outras palavras, para ser implantado ao nível das instituições e, portanto, do Estado o socialismo já precisa existir de alguma forma na sociedade. As revoluções socialistas não implantaram o socialismo simplesmente porque envolveram um golpe de Estado, mas porque não havia nas sociedades atrasadas em que foram tentadas condições de igualdade econômica e cultural que o socialismo ao mesmo tempo pressupõe e almeja. Mesmo nas sociedades mais avançadas, como as escandinavas, essas condições não existem, embora esteja claro que ali não apenas avançaram as instituições próprias de um capitalismo

tecnoburocrático no qual a classe média profissional tem um poder crescente, mas avançaram também as de um capitalismo social no qual toda a sociedade compartilha poder.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni (1994). *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- BOUTANG, Yvan Moulrier. *Le Capitalisme Cognitif*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.
- BOYER, Robert. *La Théorie de la Régulation: une Analyse Critique*. Paris: Editions La Découverte, 1987.
- DEIANA, Angelo *Il Capitalismo Inteleltuale*. Milão: Sperling & Kupfer Editori, 2007.
- DRUCKER, Peter F. *The Age of Discontinuity*. Londres: Heinemann, 1968.
- FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class*. Nova York: Basic Books, 2002.
- FOURASTIÉ, Jean. *Les Trente Glorieuses*. Paris: Fayard, 1979.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Primeira edição americana, 1967.
- GELLNER, Ernest (1993) O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. p. 107-154.
- KOCKA, J. (1974) Organisiertes Kapitalismus oder Satatmonopolistischer Kapitalismus? Begriffliche Vorbemerkungen. In: WINCKLER, H. *Organisierter Kapitalismus, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht*. 4-20. Citado por Scott Lash e John Urry, 1987. p. 314.
- LANDES, David S. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W. W. Norton, 1999.
- LASH, Scott; URRY, John . *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1987.
- MARGLIN, Stephen A. Lessons of the Golden Age: An Overview. In: MARGLIN, Stephen; SCHOR, Juliet B. *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 1-38.
- MARGLIN, Stephen; SCHOR, Juliet B. *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- MARX, Karl. (1875) Critique of the Gotha Program. In: BOTTOMORE, Thomas Burton; RUBEL, Maximilian. *Selected Writing in Sociology and Social Philosophy*. London: Watts & Co., 1961. (Escrito em 1875. Originalmente publicado por Friedrich Engels

no *Neue Zeit*, 1891)

NAÇÕES UNIDAS. *Understanding the Market Society*. New York: DESA – Department of Economic and Social Affairs, 2005.

RULLANI, Enzo. *Economia della Conoscenza*. Roma: Carocci editore, 2004.

SAVAGE, Charles M. *Fifth Generation Management*. Boston: Butterworth-Neinemann, 1996.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911) *The Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SHONFIELD, Andrew. *Modern Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

VALÉRY, Paul. *Regards sur le Monde Actuel et Autres Essais*. Paris: Gallimard, 1945.

VERCELLONE, Carlo. Les politiques de développement à l'heure du capitalisme cognitif. *Multitudes* 10, octobre 2002 : 11-21.

– . *Sommes Nous Sorties du Capitalisme Industriel?* Paris: La Dispute, 2003.

– .Introduction. In: CARLO, Vercellone. *Sommes Nous Sorties du Capitalisme Industriel?* Paris: La Dispute, 2003. p. 7-20.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.

ZEITLIN, Maurice. *The Large Corporation and Contemporary Classes*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.